



CÓD: OP-183ST-23
7908403543069

PM-PA

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

450 questões gabaritadas

GABARITANDO

Oficial

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa.....	5
2. Informática.....	33
3. Direito Civil.....	43
4. Direito Administrativo.....	53
5. Direito Constitucional.....	65
6. Direito Penal.....	75
7. Direito Processual Penal.....	85
8. Direito Penal Militar.....	99
9. Direito Processual Penal Militar.....	107
10. Direitos Humanos.....	115
11. Legislação Penal Extravagante.....	123

LÍNGUA PORTUGUESA

LÍNGUA PORTUGUESA

1. CEBRASPE (CESPE) - DEL POL (PC ES)/PC ES/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Conjugação. Reconhecimento e Emprego dos Modos e Tempos Verbais

Texto CG1A1-I

No meio científico, a imaginação é conhecida como especulação e tratada com certa desconfiança — nas publicações, costuma ser acompanhada de uma advertência obrigatória. Parte da redação de uma pesquisa consiste em limpá-la de voos fantasiosos, de conversa fiada e dos milhares de tentativas e erros que dão origem até mesmo às menores descobertas. Nem todo mundo que lê um estudo quer atravessar muito espalhafato. Ainda, os cientistas precisam parecer confiáveis. Entre sorratamente nos bastidores da ciência e talvez você não encontre as pessoas em sua melhor aparência. Mesmo nos bastidores, nas reflexões noturnas que compartilhei com colegas, era incomum entrar em detalhes de como havíamos imaginado — de modo acidental ou deliberado — os organismos que estudamos, fossem eles peixes, bromélias, cipós, fungos ou bactérias. Havia algo embaraçoso em admitir que o emaranhado de nossas conjecturas, fantasias e metáforas sem fundamento pudesse ter ajudado a moldar a nossa pesquisa. Apesar disso, a imaginação faz parte da atividade cotidiana da pesquisa. A ciência não é um exercício de racionalidade a sangue-frio. Os cientistas são — e sempre foram — emocionais, criativos, intuitivos, seres humanos inteiros, lançando perguntas sobre um mundo que não foi feito para ser catalogado e sistematizado. Sempre que eu perguntava o que esses fungos faziam e elaborava estudos para tentar entender seu comportamento, precisava imaginá-los.

Merlin Sheldrake. A trama da vida. Como os fungos constroem o mundo.

São Paulo: Fósforo/Ubu Editora, 2021, p. 29 (com adaptações)

Assinale a opção em que as duas formas verbais destacadas do texto CG1A1-I estão conjugadas no mesmo tempo e modo.

- (A) “quer” (terceiro período) e “parecer” (quarto período)
- (B) “Entre” (quinto período) e “encontre” (quinto período)
- (C) “precisam” (quarto período) e “foram” (penúltimo período)
- (D) “compartilhei” (sexto período) e “foi” (penúltimo período)
- (E) “havíamos imaginado” (sexto período) e “ter ajudado” (sétimo período)

2. CEBRASPE (CESPE) - VEST (UNB)/UNB/REGULAR/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Significação de Vocábulo e Expressões



Levando em consideração os sentidos e os aspectos linguísticos do texto precedente, assinale a opção **correta**.

A palavra “capciosos”, no trecho “Adjetivos demais podem estar camuflando objetivos capciosos”, tem o mesmo sentido de

- (A) perversos.
- (B) perigosos.
- (C) assombrosos.
- (D) ardilosos.

3. CEBRASPE (CESPE) - DEL POL (PC ES)/PC ES/2022
Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Significação de Vocabulo e Expressões

Texto CG1A1-I

Em 2020, a pandemia de covid-19 fez com que mulheres em situação de violência ficassem ainda mais vulneráveis. O início da pandemia foi marcado por uma crescente preocupação a respeito da violência contra meninas e mulheres, as quais passaram a conviver mais tempo em suas residências com seus agressores, muitas vezes impossibilitadas de acessar serviços públicos e redes de apoio.

O cenário retratado no **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** de 2020 evidencia a queda de crimes letais contra a mulher, mas não a diminuição da violência: houve um sensível aumento das denúncias de lesão corporal dolosa e das chamadas de emergência para o número das polícias militares, o 190, todas no contexto de violência doméstica, assim como o aumento dos casos notificados de ameaça contra mulheres. A quantidade de medidas protetivas de urgência solicitadas e concedidas também aumentou consideravelmente.

O ano de 2021 foi caracterizado por parte da retomada das atividades rotineiras em meio à redução dos índices de transmissão da covid-19 e da queda das mortes decorrentes da doença, em consequência da vacinação. Compreender as estatísticas criminais de violência contra as mulheres nos anos de 2020 e 2021 nos ajuda a pensar nas políticas públicas a serem implementadas no contexto da pandemia de covid-19 e da consequente intensificação da crise econômica vivenciada no Brasil. A pesquisa **Visível e Invisível**, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontou que, no ano de 2020, a perda de emprego e a diminuição da renda familiar foram sentidas de forma mais intensa pelas mulheres que sofreram violência, o que tornou mais difícil para essas mulheres romper com parceiros abusivos ou relações violentas.

A exemplo do que vimos em outros países, embora tenha ocorrido queda nos registros, sabia-se que a violência contra a mulher estava aumentando de forma silenciosa e era preciso agir rápido. Algumas ações foram realizadas pelas instituições policiais a fim de enfrentar o desafio que estava posto: a ampliação do rol de tipos penais que podem ser denunciados via boletim de ocorrência *online*, por exemplo, foi uma das iniciativas tomadas por praticamente todas as unidades da Federação, o que possibilitou que, em alguns estados, pela primeira vez, o registro de violência doméstica fosse feito sem que se precisasse ir até uma delegacia, bastando, para isso, o acesso à Internet e a um dispositivo como *tablet*, *smartphone* ou computador. Nes-

se sentido, campanhas de denúncia da violência doméstica divulgadas em farmácias e supermercados, dentro da lógica da **Campanha Sinal Vermelho**, idealizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ), consistiram em importante ação de repercussão nacional.

Internet: <<https://forumseguranca.org.br>> (com adaptações).

No texto CG1A1-I, o vocábulo “ampliação” (segundo período do quarto parágrafo) veicula o mesmo sentido da palavra

- (A) abrangência.
- (B) criação.
- (C) autorização.
- (D) aumento.
- (E) mudança.

4. CEBRASPE (CESPE) - MED (PREF MARINGÁ)/PREF MARINGÁ/PSF/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Significação de Vocabulo e Expressões

Texto CG1A1

Por muitos séculos, pessoas surdas ao redor do mundo eram consideradas incapazes de aprender simplesmente por possuírem uma deficiência. No Brasil, infelizmente, isso não era diferente. Essa visão capacitista só começou a mudar a partir do século XVI, com transformações que ocorreram, num primeiro momento, na Europa, quando educadores, por conta própria, começaram a se preocupar com esse grupo.

Um dos educadores mais marcantes na luta pela educação dos surdos foi Ernest Huet, ou Eduard Huet, como também era conhecido. Huet, acometido por uma doença, perdeu a audição ainda aos 12 anos; contudo, como era membro de uma família nobre da França, teve, desde cedo, acesso à melhor educação possível de sua época e, assim, aprendeu a língua de sinais francesa no Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris. No Brasil, tomando-se como inspiração a iniciativa de Huet, fundouse, em 26 de setembro de 1856, o Imperial Instituto de Surdos- Mudos, instituição de caráter privado. No seu percurso, o instituto recebeu diversos nomes, mas a mudança mais significativa se deu em 1957, quando foi denominado Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES, que está em funcionamento até hoje! Essa mudança refletia o princípio de modernização da década de 1950, pelo qual se guiava o instituto, com suas discussões sobre educação de surdos.

INFORMÁTICA

INFORMÁTICA

1. CEBRASPE (CESPE) - SOLD (CBM TO)/CBM TO/2023

Assunto: Informática - Windows 10



A imagem precedente mostra parte da tela de um computador em que aparece uma janela do programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais recente, sobre a Área de Trabalho do Windows 10.

Assinale a opção que corresponde ao resultado obtido após o usuário clicar no arquivo `edital_3_selecao_g.pdf`, arrastá-lo e soltá-lo na Área de Trabalho.

- (A) O arquivo `edital_3_selecao_g.pdf` será movido da pasta Downloads, definida como padrão no Chrome, para a Área de Trabalho.
- (B) O Windows emitirá uma mensagem de erro, pois não é permitido copiar, diretamente do navegador para a Área de Trabalho, um arquivo objeto de um download.
- (C) Uma cópia do arquivo `edital_3_selecao_g.pdf` será criada na Área de Trabalho.
- (D) Um atalho apontando para o arquivo `edital_3_selecao_g.pdf` será criado na Área de Trabalho.

2. CEBRASPE (CESPE) - ANA ADM (AGER MT)/AGER MT/ADMINISTRAÇÃO/2023

Assunto: Informática - Windows 10

No Windows 10, a ferramenta que exibe uma lista contendo os componentes de *hardware* conectados ao computador, os quais estão agrupados em categorias, recebe o nome de

- (A) Windows Update.
- (B) Windows Defender.
- (C) Gerenciador de tarefas.
- (D) Gerenciador de dispositivos.
- (E) Configurações de privacidade.

3. CEBRASPE (CESPE) - INSP REG (AGER MT)/AGER MT/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Assinale a opção que indica a ferramenta do Windows 10 que permite ao usuário gerenciar os arquivos e as pastas no computador.

- (A) Gerenciador de Dispositivos
- (B) Gerenciador de Tarefas
- (C) Painel de Controle
- (D) Explorador de Arquivos
- (E) Configurações

4. CEBRASPE (CESPE) - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Em um computador com o sistema operacional Windows, caso o Microsoft Office 365 não esteja instalado, o usuário poderá escrever um documento de texto por meio do(a)

- (A) Gerenciador de Tarefas.
- (B) WordPad.
- (C) Windows Media Player.
- (D) Calculadora.

5. CEBRASPE (CESPE) - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Em um computador com sistema operacional Windows, um documento baixado da Internet será salvo, por padrão, na pasta chamada

- (A) Documentos.
- (B) Downloads.
- (C) Área de Trabalho.
- (D) Imagens.

6. CEBRASPE (CESPE) - GM (SÃO CRISTÓVÃO)/PREF SÃO CRISTÓVÃO/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Assinale a opção que indica um sistema operacional utilizado em computadores domésticos.

- (A) Microsoft Office 365
- (B) Windows Explorer
- (C) Windows 10
- (D) Google Chrome

7. CEBRASPE (CESPE) - GM (SÃO CRISTÓVÃO)/PREF SÃO CRISTÓVÃO/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Assinale a opção que apresenta as teclas de atalho utilizadas no gerenciador de arquivos Windows Explorer para as operações de copiar, renomear e excluir arquivos, respectivamente.

- (A) Ctrl + C, Ctrl + V, Del
- (B) Ctrl + V, Ctrl + R, F1
- (C) F1, F5, Ctrl + R
- (D) Ctrl + C, F2, Del

8. CEBRASPE (CESPE) - SOLD (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Acerca do Windows 10, assinale a opção correta.

- (A) Os ícones da Área de Trabalho são dispostos de acordo com a instalação do Windows 10, não sendo possível alterar tal disposição.
- (B) A Cortana, assistente inteligente do Windows 10, responde a perguntas relacionadas ao Windows em qualquer idioma.
- (C) No Windows 10, é denominada Central de Configurações a opção que permite explorar, alterar e renomear arquivos.
- (D) No Windows 10, um item que for copiado ficará armazenado na Área de Trabalho.
- (E) O Windows 10 é um sistema operacional da Microsoft utilizável em *desktops*, *laptops*, *aparelhos de video game* e dispositivos móveis como *tablets*.

9. CEBRASPE (CESPE) - PER OF (PC PB)/PC PB/CRIMINAL/ÁREA GERAL/2022

Assunto: Informática - Windows 10

No MS Windows, as atividades de manutenção do computador, como a desinstalação de programas, podem ser realizadas por meio de recursos disponíveis

- (A) na área de transferência.
- (B) na área de trabalho.
- (C) no Painel de controle.
- (D) no Explorador de arquivos.
- (E) no Meu computador.

10. CEBRASPE (CESPE) - AG CRIM (POLITEC RO)/POLITEC RO/2022

Assunto: Informática - Windows 10

No Windows 10, é permitido realizar *backup* em uma unidade externa ou em um local de rede por meio do recurso

- (A) Windows Defender.
- (B) Otimização de Entrega.
- (C) Histórico de Arquivos.
- (D) Otimizador de Unidades.
- (E) Windows Insider.

11. CEBRASPE (CESPE) - MED LEG (PC RO)/PC RO/2022

Assunto: Informática - Windows 10

Para se ausentar temporariamente de sua estação de trabalho, mantendo seu computador inacessível sem, necessariamente, desligá-lo ou fechar os aplicativos, o usuário, além de configurar o acesso ao Windows com senha, deverá

- (A) pressionar simultaneamente as teclas CTRL, ALT e DEL e selecionar a opção Sair.
- (B) pressionar simultaneamente as teclas CTRL, ALT e DEL e selecionar a opção Gerenciador de Tarefas.
- (C) acionar o botão Iniciar e selecionar a opção Ligar/Desligar, seguida de Reiniciar.
- (D) pressionar simultaneamente as teclas CTRL, ALT e DEL e selecionar a opção Cancelar.
- (E) pressionar simultaneamente as teclas CTRL, ALT e DEL e selecionar a opção Bloquear.

DIREITO CIVIL

DIREITO CIVIL

1. CEBRASPE (CESPE)- PROC (PGE RO)/PGE RO/2022
Assunto: Direito Civil - Da Personalidade e da Capacidade (arts. 1º a 10)

O atributo da pessoa natural, conferido pela legislação civil, que a qualifica a firmar negócios de grandes riscos, sem auxílio ou intervenção de outra pessoa, e, conseqüentemente, a assumir eventuais perdas refere-se à

- (A) aptidão.
- (B) titularidade.
- (C) capacidade.
- (D) vontade.
- (E) maioridade.

2. CEBRASPE - ATT (SEFAZ SE)/SEFAZ SE/2022
Assunto: Direito Civil - Da Personalidade e da Capacidade (arts. 1º a 10)

De acordo com a legislação brasileira, são absolutamente incapazes

- (A) os menores de dezesseis anos de idade.
- (B) os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos de idade.
- (C) os pródigos.
- (D) os viciados em tóxicos.
- (E) os ébrios habituais.

3. CEBRASPE (CESPE) - OF (CBM RO)/CBM RO/COMBATENTE/2022
Assunto: Direito Civil - Da Personalidade e da Capacidade (arts. 1º a 10)

Conforme o Código Civil vigente, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil e, por isso, devem ser representados

- (A) aqueles que não podem exprimir sua vontade por causa permanente.
- (B) os pródigos.
- (C) os menores de dezoito anos.
- (D) os menores de dezesseis anos.
- (E) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem discernimento necessário.

4. CEBRASPE (CESPE) - ADP (DPE RO)/DPE RO/JURÍDICA/2022

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Vanessa, casada com Marcos havia três anos, estava grávida do seu primeiro filho, fruto dessa união. Apesar de a gestação ter sido tranquila, houve complicações no momento do parto, o que ocasionou a necessidade de entubar o recém-nascido, que, infelizmente, veio a óbito cinco horas após o parto.

Considerando essa situação hipotética e as regras acerca da pessoa natural e dos direitos da personalidade, assinale a opção correta.

- (A) Segundo a teoria natalista, majoritariamente adotada pela legislação brasileira e pela doutrina contemporânea, o recém-nascido adquiriu seus direitos à personalidade na ocasião exata do parto, no momento em que respirou pela primeira vez.
- (B) Conforme a teoria da personalidade condicionada, adotada pela legislação brasileira em vigor e defendida pela doutrina majoritária contemporânea, o recém-nascido não chegou a adquirir os direitos de personalidade, pois veio a óbito logo após o parto.
- (C) Segundo a atual interpretação da lei e a doutrina majoritária contemporânea, o recém-nascido adquiriu os direitos à personalidade por ter nascido com vida, mas teve todos seus direitos extintos a partir da data do seu óbito.
- (D) Os direitos à personalidade da criança estão assegurados desde o momento de sua concepção, independentemente do nascimento com vida ou não, em respeito à teoria concepcionista, adotada pela legislação brasileira e defendida pela doutrina majoritária contemporânea.
- (E) Todos os direitos da personalidade da criança em questão foram extintos com seu óbito, visto que não há como se assegurar nenhum direito a alguém cujo falecimento foi atestado em certidão de óbito registrada em órgão competente.

5. CEBRASPE (CESPE) - PROC (PGE RO)/PGE RO/2022
Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Quanto ao alcance da eficácia, o direito à privacidade é classificado como

- (A) real.
- (B) absoluto.
- (C) temporário.
- (D) acessório.
- (E) patrimonial.

6. CEBRASPE (CESPE) - DEL POL (PC RJ)/PC RJ/2022
Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Acerca dos direitos fundamentais, à luz do direito civilista, assinale a opção **correta**.

(A) De acordo com Código Civil Brasileiro, seja qual for a circunstância, cada pessoa tem a liberdade para dispor do próprio corpo do modo que bem desejar, tanto por meio de mutilações quanto por qualquer forma de diminuição permanente da integridade física.

(B) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são irrenunciáveis e poderão ser transmitidos, caso o seu exercício sofra limitação voluntária.

(C) Os direitos da personalidade são direitos essenciais à dignidade e integridade e dependem da capacidade civil da pessoa, podendo ser citados os direitos a vida, liberdade, privacidade e intimidade.

(D) Abstratamente, os direitos fundamentais, entre os quais o direito da personalidade, sempre terão grau de importância entre si, independentemente da análise do caso em concreto.

(E) Ao tratar da proteção à integridade física e do direito ao próprio corpo, o Código Civil Brasileiro traz a possibilidade de recusa em submeter-se a tratamento ou intervenção médica em situações em que o procedimento demonstre risco à vida da pessoa.

7. CEBRASPE (CESPE) - DP TO/DPE TO/2022

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Maria, mulher transexual de dezenove anos de idade, deseja retificar seu registro civil para que conste o seu nome social e o gênero com o qual se identifica. Em pesquisas na Internet, ela descobriu que a Lei de Registros Públicos determina que o prenome é definitivo, o que a levou a crer que sua vontade poderia não ser realizada. No entanto, conversando com outras pessoas, descobriu que havia um mutirão promovido pela Defensoria Pública local com o objetivo de dar encaminhamento na retificação documental de pessoas trans em razão do mais recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.

Nessa situação hipotética, conforme o entendimento do Poder Judiciário e a legislação de regência, para conseguir a retificação de seus documentos de identidade, Maria deverá

(A) submeter-se a cirurgias de resignação sexual e realizar, nos moldes do Sistema Único de Saúde, os tratamentos hormonais cabíveis, para, então, ajuizar uma ação retificadora.

(B) submeter-se a cirurgias de resignação sexual e realizar, nos moldes do Sistema Único de Saúde, os tratamentos hormonais cabíveis, para, então, apresentar requerimento próprio junto ao cartório competente.

(C) apresentar, ainda que com dezenove anos de idade, requerimento próprio junto ao cartório competente, sendo dispensada a apresentação de diagnósticos médicos indicando que ela seja uma mulher transexual.

(D) ajuizar, somente após completar vinte e um anos de idade, uma ação retificadora, mesmo que não tenha se submetido a cirurgias de resignação sexual e realizado os tratamentos hormonais cabíveis, nos moldes do Sistema Único de saúde.

(E) apresentar, somente após completar vinte e um anos de idade, requerimento próprio junto ao cartório competente, desde que apresente diagnósticos médicos indicando sua condição de mulher transexual.

8. CEBRASPE (CESPE) - JE TJMA/TJ MA/2022

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Os direitos da personalidade, em regra, são:

I intransmissíveis.

II irrenunciáveis.

III extrapatrimoniais.

IV absolutos.

V absolutamente indisponíveis.

Assinale a opção **correta**.

(A) Apenas os itens **II e V** estão certos.

(B) Apenas os itens **I, III e V** estão certos.

(C) Apenas os itens **II, III e IV** estão certos.

(D) Apenas os itens **I, II, III e IV** estão certos.

(E) Todos os itens estão certos.

9. CEBRASPE (CESPE) - OF (CBM RO)/CBM RO/COMBATENTE/2022

Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Acerca dos direitos da personalidade previstos no Código Civil em vigência, o ato de disposição do próprio corpo

(A) não pode ser livremente revogado.

(B) é válido com objetivo científico e de forma onerosa quando se tratar de pessoa viva.

(C) não é válido com finalidade altruística após a morte.

(D) é válido sem exceção, mesmo que contrarie os bons costumes.

(E) é válido quando importar diminuição permanente da integridade física por exigência médica.

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM RO)/PM RO/COMBATE/2022

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

As fontes do direito administrativo brasileiro incluem
I a Constituição Federal.
II a jurisprudência.
III as leis.
IV a doutrina jurídica.
V as normas regulamentares de Estados estrangeiros.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e III.
- (B) II e V.
- (C) I, IV e V.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II, III, IV e V.

2. CEBRASPE (CESPE) - ACI (CGDF)/CG DF/FINANÇAS E CONTROLE/2023 Direito Administrativo - Princípios Expressos, Explícitos ou Constitucionais

Assinale a opção **correta** à luz dos princípios da administração pública.

- (A) Na concretização do princípio da publicidade, a chamada transparência passiva consiste na atividade da administração pública de deixar informações à disposição dos cidadãos potencialmente interessados, em páginas da Internet.
- (B) A inobservância do princípio da moralidade acarreta invalidade jurídica de ato administrativo.
- (C) Em virtude do princípio da isonomia, sempre que constatar diferença de tratamento entre os administrados, a administração pública deverá adotar as providências necessárias para suprimi-la, de ofício ou por provocação do interessado.
- (D) Na atividade administrativa, quando há incidência do princípio da legalidade, afasta-se a discricionariedade da autoridade pública.

3. CEBRASPE (CESPE) - PER OF (PC PB)/PC PB/CRIMINAL/ÁREA GERAL/2022 Direito Administrativo - Princípios Expressos, Explícitos ou Constitucionais

No que se refere aos princípios que devem ser observados pela administração pública e seus servidores no exercício de suas atividades administrativas, aquele pelo qual especificamente se impõe ao agente público a realização de suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional é o princípio da

- (A) eficácia.
- (B) segurança jurídica.
- (C) autotutela.
- (D) efetividade.
- (E) eficiência.

4. CEBRASPE (CESPE) - TEC NECRO (PC RO)/PC RO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Expressos, Explícitos ou Constitucionais

O direito de petição previsto na Constituição Federal de 1988 e as certidões expedidas por órgãos que registram a verdade de fatos administrativos são exemplos de instrumentos jurídicos específicos que concretizam o princípio da

- (A) legalidade.
- (B) publicidade.
- (C) moralidade.
- (D) autotutela.
- (E) precaução.

5. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM RO)/PM RO/COMBATE/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Expressos, Explícitos ou Constitucionais

Em relação ao princípio administrativo da publicidade, assinale a opção **correta**.

- (A) A publicidade dos atos do poder público deve ser irrestrita.
- (B) Sem a devida publicação, os atos do poder público não podem ser considerados completos.
- (C) A publicidade legalmente assegurada a um ato administrativo circunscreve-se ao ato propriamente dito, sem abranger seus atos preparatórios e sua motivação.

(D) Apenas pessoas com interesse subjetivo específico, o qual deve ser exposto como fundamento de eventual pedido de acesso a informação, têm direito a obter informações sobre atos do poder público.

(E) A publicidade de atos, obras e serviços públicos é amparada constitucionalmente, mas não é autorizado o emprego de símbolos ou imagens com finalidade de promoção individual de gestores públicos.

6. CEBRASPE (CESPE) - NER (TJ SC)/TJ SC/REMOÇÃO/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Implícitos, Reconhecidos e Infraconstitucionais

O princípio da juridicidade

(A) não foi adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro.

(B) está contido no princípio da legalidade.

(C) surgiu da constitucionalização do direito administrativo.

(D) é uma construção do ordenamento jurídico brasileiro.

(E) é conhecido também como princípio da eticidade administrativa.

7. CEBRASPE (CESPE) - DP TO/DPE TO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Implícitos, Reconhecidos e Infraconstitucionais

No que tange à atividade administrativa, são aplicáveis tanto à administração pública quanto ao administrado os padrões firmados pelo princípio

(A) da publicidade.

(B) da legalidade.

(C) da boa-fé.

(D) da segurança jurídica.

(E) do interesse público.

8. CEBRASPE (CESPE) - AG POL (PC RO)/PC RO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Implícitos, Reconhecidos e Infraconstitucionais

O dever de a administração gerir, conservar e velar pelos bens públicos em prol da coletividade advém do princípio da

(A) indisponibilidade.

(B) razoabilidade.

(C) eficiência.

(D) confiança.

(E) autotutela.

9. CEBRASPE (CESPE) - ADP (DPE RO)/DPE RO/JURÍDICA/2022

Assunto: Direito Administrativo - Conceito de Atos Administrativos

Conceitualmente, ato administrativo

(A) é a declaração do Estado ou de quem o represente, a qual produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeito ao controle pelo Poder Judiciário.

(B) é aquele que decorre de acontecimentos naturais que independam do ser humano.

(C) ocorre quando o fato corresponde à descrição contida na norma legal.

(D) ocorre quando o fato descrito na norma produz efeitos no campo do direito administrativo.

(E) é todo ato praticado no exercício da função administrativa.

10. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE SE)/MPE SE/2022

Assunto: Direito Administrativo - Elementos, Requisitos e Pressupostos (Atos Administrativos)

O Conselho Nacional do Ministério Público atraiu para si processo administrativo disciplinar em curso, instaurado contra membro do *parquet* estadual no âmbito do órgão correccional daquela instituição.

Nessa situação hipotética, praticou-se o ato de

(A) delegação.

(B) encampação.

(C) correição.

(D) deliberação.

(E) avocação.

11. CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT8/TRT 8/APOIO ESPECIALIZADO/PSICOLOGIA/2022

Assunto: Direito Administrativo - Elementos, Requisitos e Pressupostos (Atos Administrativos)

Acerca do requisito competência dos atos administrativos, julgue os seguintes itens.

I A legitimidade dos atos administrativos pressupõe competência definida em lei.

II No silêncio das normas jurídicas, presumem-se competentes para aplicar sanções administrativas os agentes públicos executores, de plano hierarquicamente inferior.

III A competência administrativa é improrrogável e inderrogável.

IV É delegável a competência para a edição de atos normativos e para a decisão de recurso administrativo, desde que em primeira instância administrativa.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e IV.

(D) I, III e IV.

(E) II, III e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. CEBRASPE (CESPE) - PFN (PGFN)/PGFN/2023

Assunto: Direito Constitucional - Constituição: Conceito, Estrutura, Supremacia e Classificação

A respeito de emendas constitucionais, do preâmbulo da CF e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), assinale a opção **correta** conforme a jurisprudência do STF e a doutrina constitucional.

(A) Uma emenda constitucional pode ingressar na ordem constitucional brasileira mesmo que não altere, expressa e textualmente, o preâmbulo, o corpo permanente ou o ADCT da CF.

(B) O preâmbulo da CF e o ADCT possuem a mesma força jurídica, podem criar direitos e obrigações e constituem parâmetro para o controle de constitucionalidade, motivo pelo qual devem ser reproduzidos nas constituições estaduais.

(C) A *invocatio Dei* no preâmbulo da CF não é norma de reprodução obrigatória nas constituições estaduais e nas leis orgânicas do DF e dos municípios, na medida em que enfraquece a laicidade do Estado brasileiro.

(D) Todas as Constituições Federais, de 1824 a 1988, tiveram preâmbulo e apresentaram ADCT como ato destacado do restante do corpo do texto constitucional.

(E) Um preâmbulo destina-se, sobretudo, a auxiliar na transição de uma ordem jurídica para outra, motivo pelo qual não se encontram no preâmbulo da CF disposições com efeitos instantâneos e definitivos, com efeitos diferidos ou com efeitos permanentes.

2. CEBRASPE (CESPE) - PROC MUN (PGM SP)/PREF SP/2023

Assunto: Direito Constitucional - Constituição: Conceito, Estrutura, Supremacia e Classificação

Quanto ao conceito, à classificação e à interpretação das normas constitucionais, assinale a opção **correta**.

(A) Uma norma materialmente constitucional pode ser não escrita.

(B) O fato de uma norma constitucional atribuir certo poder geral a um órgão não pressupõe que ela haja atribuído outros poderes necessários à realização daquele.

(C) As normas constitucionais caracterizam-se por não terem exequibilidade imediata.

(D) Na interpretação das normas constitucionais originárias, deve-se considerar a hierarquia entre as normas materialmente constitucionais e as formalmente constitucionais.

(E) O intérprete da Constituição deve privilegiar o método gramatical ou literal, a fim de evitar interpretações contraditórias do texto constitucional.

3. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE TO)/MPE TO/2022

Assunto: Direito Constitucional - Constituição: Conceito, Estrutura, Supremacia e Classificação

Quanto à sua origem, as constituições podem ser

(A) escritas ou não escritas.

(B) históricas ou dogmáticas.

(C) rígidas ou flexíveis.

(D) promulgadas ou outorgadas.

(E) ortodoxas ou ecléticas.

4. CEBRASPE (CESPE) - TJ (TJ CE)/TJ CE/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil elencados na Constituição Federal de 1988 (CF) referem-se aos fundamentos, aos objetivos fundamentais e aos princípios que regem suas relações internacionais. Em relação a esse tema, assinale a opção **correta**.

(A) A igualdade é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, expressamente previsto no texto constitucional.

(B) Nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil deve observar o princípio da soberania militar, de modo que, havendo conflito com outra nação estrangeira, a solução adotada deve privilegiar a ação bélica para a garantia da independência nacional.

(C) A promoção do bem de todos, sem quaisquer preconceitos e discriminações, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

(D) A CF veda a concessão de asilo político, em decorrência do princípio da não intervenção.

(E) Garantir o desenvolvimento internacional é um dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

5. CEBRASPE (CESPE) - ACI (CGDF)/CG DF/PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

O princípio geral da atividade econômica (CF, art. 170) que também constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é o princípio

- (A) da livre concorrência.
- (B) da defesa do meio ambiente.
- (C) da redução das desigualdades regionais e sociais.
- (D) do tratamento favorecido para empresas de pequeno porte.

6. CEBRASPE (CESPE) - ANA ADM (AGER MT)/AGER MT/ADMINISTRAÇÃO/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

É um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previsto na Constituição Federal de 1988

- (A) a garantia do desenvolvimento nacional.
- (B) a soberania.
- (C) a dignidade da pessoa humana.
- (D) a cidadania.
- (E) o pluralismo político.

7. CEBRASPE (CESPE) - PPE (SERES PE)/SERES PE/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Conforme prevê a Constituição Federal de 1988, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é

- (A) abranger a dignidade da pessoa humana.
- (B) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (C) preparar o pluralismo político.
- (D) incrementar a soberania.
- (E) promover os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

8. CEBRASPE (CESPE) - DEL POL (PC ES)/PC ES/2022
Assunto: Direito Constitucional - Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil

- (A) o valor social do trabalho e da livre iniciativa.
- (B) a solução pacífica dos conflitos.
- (C) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (D) a dignidade da pessoa humana.
- (E) a garantia do desenvolvimento nacional.

9. CEBRASPE (CESPE) - DEL POL (PC RJ)/PC RJ/2022
Assunto: Direito Constitucional - Características (Direitos Fundamentais)

Com relação ao direito à igualdade, expressamente previsto no art. 5.º da Constituição Federal de 1988, assinale a opção **correta**.

(A) Para garantir a efetividade do princípio da igualdade, a Constituição Federal de 1988 não prevê nenhuma norma que trate homens e mulheres de maneira diferenciada. O mencionado princípio da igualdade deve ser considerado de forma absoluta, não se admitindo, em nenhuma hipótese, qualquer forma de diferenciação entre os sexos.

(B) O princípio constitucional da igualdade está direcionado exclusivamente ao legislador, pois o Poder Legislativo é o responsável pela formatação do ordenamento jurídico a partir das regras estabelecidas no art. 59 e seguintes da Constituição Federal de 1988.

(C) O princípio da igualdade está direcionado exclusivamente aos órgãos da administração pública, considerando-se ser ela a responsável por aplicar o ordenamento jurídico no caso concreto, mediante atos administrativos, visando à realização do interesse público.

(D) Embora o princípio da igualdade esteja direcionado a toda a administração pública, é possível que, em determinadas situações, mesmo que não haja um motivo legitimador, ocorram certas diferenciações na seleção de candidatos a ocuparem cargos públicos. Nesse caso específico, a administração pública disporá de discricionariedade ilimitada para escolher os candidatos mais aptos, observando que os agentes públicos que ocupam cargos na estrutura do Estado são os responsáveis pela realização do interesse público.

(E) Analisando-se o princípio da igualdade com relação ao particular, verifica-se que este não poderá tratar os demais membros da sociedade de maneira discriminatória, atingindo direitos fundamentais por meio de condutas preconceituosas, sob pena de responsabilização civil e até mesmo criminal, quando o ato for tipificado como crime. Assim, é vedado ao particular, na contratação de empregados, por exemplo, utilizar qualquer critério discriminatório com relação a sexo, idade, origem, raça, cor, religião ou estado civil.

DIREITO PENAL

DIREITO PENAL

1. CEBRASPE (CESPE) - PROC MUN (PGM NATAL)/PREF NATAL/2023

Assunto: Direito Penal - Lei Penal (Conceito, Classificação, Características, Interpretação)

São formas de interpretação da lei penal quanto ao sujeito

- (A) a histórica e a sistemática.
- (B) a legislativa e a jurisprudencial.
- (C) a sistemática e a declaratória.
- (D) a restritiva e a extensiva.
- (E) a declaratória e a analógica.

2. CEBRASPE (CESPE) - NER (TJDFT)/TJDFT/REMOÇÃO/2019

Assunto: Direito Penal - Lei Penal (Conceito, Classificação, Características, Interpretação)

A respeito de características do direito penal, assinale a opção correta.

- (A) Segundo o direito penal, é possível incriminar a simples conduta humana que exponha a perigo bens jurídicos, ainda que não exista vítima determinada e direta.
- (B) O direito penal tem os princípios como fontes de integração da lei penal, que devem ser utilizados em caso de omissão legislativa, mas cuja aplicação é vedada para desfavorecer o réu.
- (C) De acordo com o direito penal, a aplicação de nova lei, no caso de esta estabelecer nova causa de diminuição de pena e nova causa de aumento para um tipo penal incriminador existente, deve ser afastada a fato ocorrido antes de sua vigência, ainda que em benefício do réu.
- (D) Segundo o direito penal, a fato praticado durante a vigência de lei excepcional, quando findo o período de sua duração ou quando cessarem as circunstâncias que a determinaram, não mais se aplica a lei excepcional.
- (E) O direito penal estabelece, com fundamento na teoria da atividade, que deve ser analisado todo o desdobramento da ação criminosa para se estabelecer o local do delito.

3. CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE-RO)/TCE RO/DIREITO/2019

Assunto: Direito Penal - Lei Penal (Conceito, Classificação, Características, Interpretação)

Em relação à aplicação da lei penal, assinale a opção **correta**.

- (A) O advento de lei penal que torne atípica determinada conduta retroage para alcançar fatos anteriores já transitados em julgado, sendo mantidos alguns efeitos penais da condenação.
- (B) A lei temporária, com o término do período de sua duração, perde totalmente sua vigência e aplicação.
- (C) Considera-se praticado o crime no lugar em que tiver ocorrido a ação ou omissão, ainda que outro seja o local em que tenha sido produzido o resultado.
- (D) A lei penal admite interpretação analógica para incluir hipóteses análogas às elencadas pelo legislador, ainda que prejudiciais ao agente.
- (E) A analogia não é permitida em relação a leis penais incriminadoras nem a permissivas.

4. CEBRASPE (CESPE) - JE TJPR/TJ PR/2019

Assunto: Direito Penal - Lei Excepcional ou Temporária

Nas disposições penais da Lei Geral da Copa, foi estabelecido que os tipos penais previstos nessa legislação tivessem vigência até o dia 31 de dezembro de 2014.

Considerando-se essas informações, é correto afirmar que a referida legislação é um exemplo de lei penal

- (A) excepcional.
- (B) temporária.
- (C) corretiva.
- (D) intermediária.

5. CEBRASPE (CESPE) - JD (TJDFT)/TJDFT/2023

Assunto: Direito Penal - Tempo do Crime

Quanto ao tempo do crime, assinale a opção **correta**.

- (A) Mesmo que lei posterior deixe de considerar determinado fato como crime, não serão excluídos os efeitos penais de condenação feita com base na legislação outrora vigente.
- (B) A lei temporária aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, ainda que decorrido o período de sua duração.
- (C) A lei excepcional tem aplicação imediata, não gerando efeitos caso não aplicada durante sua vigência.
- (D) Definido o fato como criminoso, a pena deve ser aplicada quando estabelecida cominação para ele.
- (E) Ainda que transitada em julgada sentença penal condenatória, lei posterior terá aplicação imediata.

6. CEBRASPE (CESPE) - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

Assunto: Direito Penal - Da Contagem dos Prazos

De acordo com a doutrina e a legislação penal, os prazos penais são

- (A) prorrogáveis, incluindo-se em sua contagem o dia do começo.
- (B) improrrogáveis, excluindo-se o dia do começo em seu cômputo.
- (C) improrrogáveis, incluindo-se em seu cômputo o dia do começo.
- (D) prorrogáveis, excluindo-se o dia do começo em sua contagem.

7. CEBRASPE (CESPE) - TEC PER (PC PB)/PC PB/ÁREA GERAL/2022

Assunto: Direito Penal - Lugar do Crime

Em relação ao lugar do crime, o Código Penal brasileiro adotou a teoria

- (A) do resultado.
- (B) da consumação.
- (C) da atividade.
- (D) da ubiquidade.
- (E) da ação.

8. CEBRASPE (CESPE) - AJ (TJ PA)/TJ PA/DIREITO/2020

Assunto: Direito Penal - Lugar do Crime

Com relação ao tempo e ao lugar do crime, o Código Penal brasileiro adotou, respectivamente, as teorias do(a)

- (A) resultado e da ação.
- (B) consumação e do resultado.
- (C) atividade e da ubiquidade.
- (D) ubiquidade e da atividade.
- (E) ação e da consumação.

9. CEBRASPE (CESPE) - ACI (COGE CE)/COGE CE/CORREIÇÃO/2019

Assunto: Direito Penal - Lugar do Crime

A respeito da lei penal no tempo e no espaço, julgue os seguintes itens, tendo como referência o Código Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores.

I A lei penal mais benéfica retroagirá em benefício do réu, de acordo com o princípio da retroatividade benéfica penal.

II Em relação ao tempo do crime, o direito penal brasileiro adota a teoria da atividade.

III Em relação ao lugar do crime, o direito penal brasileiro adota a teoria do resultado.

IV A lei penal mais benéfica aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, ainda que ocorra superveniência de lei penal mais gravosa ao longo da atividade delitiva.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I e IV.

- (C) II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, III e IV.

10. CEBRASPE (CESPE) - PROC MUN (PGM NATAL)/PREF NATAL/2023

Assunto: Direito Penal - Crime Impossível

A respeito de crime impossível e delito putativo, julgue os próximos itens.

I Delito putativo refere-se à absoluta impropriedade do objeto, enquanto crime impossível, à ineficácia absoluta do meio.

II No delito putativo, o agente tem a intenção de praticar um crime, porém o ato não encontra tipificação legal correspondente.

III Segundo entendimento do STF, não há crime quando o flagrante preparado pela polícia torna impossível a sua consumação.

Assinale a opção **correta**.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item III está certo.
- (C) Apenas os itens I e II estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

11. CEBRASPE (CESPE) - TEC PER (PC PB)/PC PB/ÁREA GERAL/2022

Assunto: Direito Penal - Desistência Voluntária

Túlio, com intenção de matar Carlos, disparou um projétil de arma de fogo contra ele. Com a vítima já caída no chão, em local ermo e com mais 6 cartuchos no pente da pistola, Túlio decidiu não realizar outros disparos, quando podia fazê-lo para ceifar a vida de Carlos.

Nessa hipótese, nos termos do Código Penal, tem-se o instituto

- (A) do arrependimento posterior.
- (B) do arrependimento eficaz.
- (C) da desistência voluntária.
- (D) do crime impossível.
- (E) do estado de necessidade.

12. CEBRASPE (CESPE) - ANA LEG (ALECE)/ALECE/CONTROLE INTERNO/2021

Assunto: Direito Penal - Desistência Voluntária

Na desistência voluntária, o agente

- (A) pratica todos os atos da execução, atuando para impedir o resultado.
- (B) pratica todos os atos de preparação, desistindo do delito antes de sua execução.
- (C) desiste de prosseguir nos atos executórios, por sua própria deliberação, mesmo que não espontânea.
- (D) permanece na fase da cogitação, não chegando a praticar qualquer ato de preparação.
- (E) responde apenas pela figura tentada do delito.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. CEBRASPE (CESPE) - SOLD (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Considerando-se os sistemas processuais, é correto afirmar que uma das características do sistema acusatório é

- (A) a separação das funções de acusar, defender e julgar, ficando cada qual a cargo de uma pessoa distinta.
- (B) a existência, em regra, de decisões sigilosas.
- (C) o reconhecimento do réu como objeto de direito.
- (D) a neutralidade do juiz.
- (E) a iniciativa probatória de ofício.

2. CEBRASPE (CESPE) - SOLD (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Segundo o princípio de vedação da autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*), o acusado

- (A) é obrigado a fornecer padrões vocais necessários para subsidiar prova pericial de verificação de interlocutor.
- (B) é obrigado a fornecer material para exame grafo-técnico, para fins de reconhecimento de escritos por comparação de letra.
- (C) é obrigado a participar da reconstituição do crime a ele imputado.
- (D) não pode mentir, sob pena de perjúrio.
- (E) tem direito ao silêncio, o que não implica direito de falsear a verdade quanto à identidade pessoal.

3. CEBRASPE (CESPE) - JE TJMA/TJ MA/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Processo Penal, seus Sistemas e Princípios

Em relação aos sistemas processuais penais e aos seus princípios reitores, assinale a opção correta.

- (A) A efetividade da repressão criminal do sistema acusatório cabe especialmente ao órgão julgador, responsável pela aplicação da pena no caso concreto.
- (B) No sistema acusatório, o legislador admite que a imparcialidade judicial esteja comprometida com um objetivo considerado mais importante.

(C) O modelo ideal de sistema acusatório é previsto em instrumento normativo internacional, a partir de critérios uniformes definidos pela doutrina processual.

(D) A crítica ao sistema inquisitivo está relacionada à sua falta de rigor quanto à certeza de repressão dos fatos contrários à ordem social.

(E) A decisão sobre o sistema que deverá ser implantado em determinado país pressupõe uma definição prévia, por parte do legislador, de alguns critérios de política criminal, entre os quais está o grau de eficiência da repressão.

4. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE PA)/MPE PA/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Lei Processual Penal no Tempo, no Espaço e em Relação às Pessoas

No que se refere à norma processual penal e sua aplicação, assinale a opção **correta**.

(A) Os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior precisam ser renovados.

(B) A lei processual penal admite tanto a aplicação analógica quanto a interpretação extensiva.

(C) A lei processual penal, quanto à sua eficácia temporal, não terá aplicação imediata, salvo em benefício do réu.

(D) O princípio da nacionalidade, como regra geral, é utilizado para a aplicação da lei processual penal no espaço.

(E) A revogação total de uma lei processual penal é chamada de derrogação.

5. CEBRASPE (CESPE) - NER (TJ SC)/TJ SC/PROVIMENTO/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Lei Processual Penal no Tempo, no Espaço e em Relação às Pessoas

João praticou um crime em 4/4/2020. Em 21/7/2021, foi oferecida ação penal, tendo a condenação sido proferida em 15/2/2022. Antes do julgamento do recurso de apelação, interposto em 10/5/2022, entrou em vigor alteração legislativa estritamente processual, que alterava todo o regramento sobre a matéria na primeira instância, trazendo benefícios para o acusado, mas prejuízo em outros aspectos. Na situação hipotética apresentada, a nova lei processual

- (A) deve ser aplicada ao caso, limitando-se aos dispositivos que trouxeram benefícios ao acusado.
 (B) deve ser aplicada ao caso, uma vez que ainda não ocorreu o trânsito em julgado.
 (C) não deve ser aplicada ao caso, uma vez que se aplica desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
 (D) pode ou não ser aplicada ao caso, a depender de manifestação expressa do acusado.
 (E) não deve ser aplicada ao caso, uma vez que parte da lei poderá trazer prejuízo ao acusado.

6. CEBRASPE (CESPE) - SOLD (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Lei Processual Penal no Tempo, no Espaço e em Relação às Pessoas

No que se refere à aplicação da lei processual penal no tempo, assinale a opção correta.

- (A) Nova lei processual penal, mesmo que favorável ao agente de crime, é aplicável aos fatos anteriores a ela, ainda que já haja decisão a respeito desses fatos em sentença condenatória transitada em julgado.
 (B) Nova lei processual penal tem aplicação imediata em processos que já estejam em andamento.
 (C) A lei processual penal não admite interpretação extensiva nem aplicação analógica, por força do princípio da legalidade.
 (D) Nova lei processual penal tem aplicação imediata, o que impõe a necessidade de renovação dos atos praticados de acordo com a lei anterior, para que estejam em conformidade com a nova legislação.
 (E) A lei processual penal será aplicada exclusivamente aos processos iniciados durante sua vigência.

7. CEBRASPE (CESPE) - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023 DIREITO PROCESSUAL PENAL - INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 do CPP)

Relativamente ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- (A) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
 (B) É vedada a requisição de diligências pelo indiciado em inquérito policial, por ser providência a cargo exclusivo dos órgãos de persecução penal.
 (C) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
 (D) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas se de outras provas tiver notícia.

8. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM SC)/PM SC/2023 Assunto: Direito Processual Penal - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Assinale a opção correta conforme as disposições do Código de Processo Penal (CPP) acerca do inquérito policial.

- (A) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
 (B) Quando o fato for de difícil elucidação e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pela autoridade policial.
 (C) É inadmissível recurso do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial.
 (D) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, não acompanharão os autos do inquérito.
 (E) Admite-se excepcionalmente o arquivamento do inquérito pela própria autoridade policial.

9. CEBRASPE (CESPE) - SOLD (PM SC)/PM SC/2023 Assunto: Direito Processual Penal - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

No tocante ao inquérito policial, julgue os itens seguintes, à luz do Código de Processo Penal (CPP).

I Para repressão do crime de tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público poderá requisitar diretamente às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações que disponibilizem imediatamente os sinais que permitam a localização da vítima do delito em curso.

II O policial militar que figure como investigado em inquérito policial cujo objeto seja a investigação de fatos relacionados ao uso de força letal no exercício profissional poderá constituir defensor.

III O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requisitar qualquer diligência, que será realizada pela autoridade policial, em respeito ao princípio da isonomia.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
 (B) Apenas o item II está certo.
 (C) Apenas os itens I e III estão certos.
 (D) Apenas os itens II e III estão certos.
 (E) Todos os itens estão certos.

DIREITO PENAL MILITAR

DIREITO PENAL MILITAR

1. CEBRASPE (CESPE)- JD (TJDFT)/TJDFT/2023

Assunto: Direito Penal Militar - Aplicação da Lei Penal Militar (arts. 1º a 28 do CPM)

Considerando-se a distinção entre crime comum e crime militar, é **correto** afirmar que ocorre crime comum no caso de

(A) um civil cometer roubo de valores pertencentes a empresa privada depositados em posto do Banco do Brasil situado em área sob a administração militar.

(B) um civil, fora de lugar sujeito à administração militar, praticar crime contra militar que esteja no desempenho de serviço de vigilância por determinação legal superior.

(C) um militar integrante da reserva remunerada ter cometido descaminho e, no momento de abordagem policial realizada por militares, apresentar-se como policial militar e exibir carteira funcional para evitar revista do seu automóvel.

(D) um policial militar exigir vantagem indevida de um civil, em função de abordagem de rotina realizada em veículo cuja documentação esteja irregular.

(E) um civil praticar crime contra as instituições militares e contra o patrimônio sob a administrativa militar, seja em tempo de guerra, seja em tempo de paz.

2. CEBRASPE (CESPE)- OF (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Penal Militar - Aplicação da Lei Penal Militar (arts. 1º a 28 do CPM)

Conforme a lei penal militar, consideram-se crimes militares em tempo de paz

I os definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, desde que o sujeito ativo seja militar, salvo disposição especial.

II os que, embora também estejam previstos com igual definição na lei penal comum, forem praticados por militar em situação de inatividade contra militar na mesma situação.

III os que forem dolosos contra a vida e praticados por militares das Forças Armadas contra civil no contexto de cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item I está certo.

(B) Apenas o item II está certo.

(C) Apenas o item III está certo.

(D) Apenas os itens I e II estão certos.

(E) Apenas os itens II e III estão certos.

3. CEBRASPE (CESPE)- OF (PM RO)/PM RO/COMBATE/2022

Assunto: Direito Penal Militar - Aplicação da Lei Penal Militar (arts. 1º a 28 do CPM)

Assinale a opção em que a conduta correspondente a um tipo penal determinado será considerada crime militar, conforme a lei penal castrense.

(A) Civil que furta material bélico de batalhão de polícia militar.

(B) Cabo fardado, porém fora de serviço, que agride verbalmente esposa civil em sua residência.

(C) Capitão que, na função de professor de instituição de ensino superior privada, comete assédio sexual contra estudante.

(D) Sargento que, valendo-se da condição de policial militar, integra organização criminosa, ainda que o crime esteja previsto em lei penal comum.

(E) Soldado com porte de drogas ilícitas para consumo pessoal em sua residência

4. CEBRASPE (CESPE)- OF (PM RO)/PM RO/COMBATE/2022

Assunto: Direito Penal Militar - Aplicação da Lei Penal Militar (arts. 1º a 28 do CPM)

Acerca do tempo e do local do crime na lei penal militar, são adotadas, respectivamente, as teorias

(A) da atividade e do resultado.

(B) da atividade e da ubiquidade.

(C) da ubiquidade e do resultado.

- (D) do resultado e da ubiquidade.
- (E) do resultado e da atividade.

5. CEBRASPE (CESPE)- OF (PM RO)/PM RO/COMBATE/2022

Assunto: Direito Penal Militar - Aplicação da Lei Penal Militar (arts. 1º a 28 do CPM)

Caso hipotético 1A06-II

No curso de determinada investigação hipotética, foram coletadas informações acerca das condutas criminosas a seguir descritas. Os cabos Loureiro e Moura, junto ao sargento Plínio, atuavam costumeiramente em patrulha ostensiva e davam enfoque à criminalidade de drogas. Em algumas situações —sem autorização judicial e sem conhecimento dos superiores imediatos—, parte das drogas apreendidas nas ocorrências não era registrada em auto de apreensão e apresentação no auto de prisão em flagrante delito ou no inquérito policial, pois seriam utilizadas pelo grupo como recurso de pagamento a informantes, que eram também traficantes de drogas na região e que se utilizavam de informações privilegiadas sobre a distribuição de drogas na cidade para “entregar concorrentes” à polícia.

Considerando-se a situação hipotética **1A06-II**, após diligências diversas, inclusive o cumprimento de mandados de busca e apreensão tanto no alojamento de cabos e soldados como também nas residências dos envolvidos, ficou constatado que o grupo utilizava o armário do cabo Loureiro para ter, em depósito, as drogas das operações ilegais e que o sargento Plínio, sem indício de participação dos cabos, utilizava sua própria residência para guardar as drogas da mesma fonte criminosa e repassá-las a outros traficantes para revendê-las. Nesse contexto,

- (A) apenas o sargento Plínio comete crime, e os cabos Loureiro e Moura agem no estrito cumprimento do dever legal de reprimir a criminalidade de drogas da região.
- (B) aos cabos Loureiro e Moura, o juiz, considerando a gravidade das condutas, poderá aplicar, analogicamente, o tipo penal do tráfico de drogas da lei penal militar combinado com a pena do crime de tráfico da lei penal comum, haja vista que essa é mais gravosa que aquela.
- (C) tratando-se de crime de autoria coletiva necessária, o líder será o superior, no caso, o sargento Plínio, independentemente de exercer liderança de fato ou não.

(D) os cabos Loureiro e Moura responderão pelo crime de tráfico de drogas previsto na lei penal militar e o sargento Plínio responderá tanto pelo crime de tráfico de drogas previsto na lei comum quanto pelo crime conforme a lei militar.

(E) acolhida eventual tese defensiva do cabo Loureiro de que as drogas, em seu armário do alojamento, eram para consumo pessoal, o tipo penal passaria a ser o crime de porte para consumo pessoal da lei penal comum.

6. CEBRASPE (CESPE) - OF (CBM RO)/CBM RO/COMBATE/2022

Assunto: Direito Penal Militar - Aplicação da Lei Penal Militar (arts. 1º a 28 do CPM)

Na aplicação da lei penal militar, o Código Penal Militar adota a teoria

- (A) da ubiquidade, pela qual se considera praticado o crime comissivo no lugar onde se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e onde o resultado se produziu ou deveria produzir-se.
- (B) da atividade, segundo a qual se considera praticado o crime no lugar onde foi realizada a ação criminosa ou, no caso de crime omissivo, onde deveria realizar-se a ação omitida.
- (C) mista do lugar do crime, já que se aplica a teoria da ubiquidade aos crimes omissivos e se aplica a teoria da atividade aos crimes comissivos.
- (D) da extraterritorialidade, uma vez que se aplica a legislação nacional quando o crime é praticado por brasileiro fora do território nacional, desde que o agente não tenha sido julgado pela justiça estrangeira.
- (E) da territorialidade, pois se aplica a legislação brasileira aos crimes praticados por militar fora do território nacional em tempo de paz, desde que existam convenções ou tratados de direito internacional.

7. CEBRASPE (CESPE)- OF (CBM RO)/CBM RO/COMBATE/2022

Assunto: Direito Penal Militar - Aplicação da Lei Penal Militar (arts. 1º a 28 do CPM)

Segundo entendimento da doutrina e do STM, consideram-se crimes militares em tempos de paz, consoante o CPM, aqueles

I praticados por militar em situação assemelhada à da atividade militar, contra civil na situação também assemelhada à de militar, fora de local sujeito à administração militar.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

1. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Da Lei Processual Penal Militar e sua Aplicação (arts. 1º a 6º do CPPM)

No que se refere à aplicação e à interpretação do Código de Processo Penal Militar (CPPM), assinale a opção correta.

(A) Havendo divergência entre norma do CPPM e tratado internacional de que o Brasil seja signatário, prevalecerá a primeira, em observância aos princípios da hierarquia e da disciplina militares.

(B) É permitida interpretação extensiva da norma processual penal militar, ainda que essa interpretação enseje cerceamento à defesa do acusado.

(C) Admite-se interpretação restritiva quando for manifesta a amplitude demasiada da lei, salvo quando tal interpretação buscar impedir a marcha natural do processo, especialmente em sua fase inicial.

(D) A lei processual penal comum é complementar à lei especial militar, devendo ambas ser aplicadas simultaneamente, quando coerentes, ou segundo o critério de razoabilidade do julgador, quando omissas.

(E) Diante de omissão legislativa, o intérprete poderá recorrer à jurisprudência ou aos costumes militares, mas não à analogia.

2. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Do Inquérito Policial Militar (arts. 9º a 28 do CPPM)

No que concerne à polícia judiciária militar e ao inquérito policial militar (IPM), assinale a opção correta.

(A) Convencida da inexistência de crime, a autoridade policial militar ordenará o arquivamento do IPM, desde que ausentes quaisquer diligências sujeitas à autorização ou à comunicação judicial no caderno de investigação.

(B) É vedada a participação de advogado nas diligências probatórias da fase policial, salvo nos IPM que versem sobre crimes dolosos contra a vida.

(C) A instauração de IPM é feita por meio de portaria, exigindo-se da autoridade responsável o grau de bacharel em direito.

(D) A abertura de sindicância não poderá ser simultânea à instauração de IPM quando os fatos forem os mesmos.

(E) A sindicância suficientemente instruída poderá substituir o IPM quando da proposição de denúncia pelo Ministério Público.

3. CEBRASPE (CESPE) - OF (CBM RO)/CBM RO/COMBATENTE/2022

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Do Inquérito Policial Militar (arts. 9º a 28 do CPPM)

O encarregado pelo IPM aberto para investigar conduta de militar estadual em fato relacionado a uso de força letal praticado no exercício profissional deverá

(A) dar publicidade ampla ao IPM, conforme os princípios gerais da administração pública.

(B) arquivar o IPM quando as diligências indicarem categoricamente a presença de excludente de ilicitude.

(C) garantir a incomunicabilidade do indiciado, mas facultar-lhe consulta com advogado a partir do terceiro dia do indiciamento.

(D) citar o investigado e dar-lhe ciência do direito de nomear defensor.

(E) dispensar o relatório quando houver sido deferida a prorrogação de prazo para a conclusão do procedimento investigativo.

4. CEBRASPE (CESPE) - OF (CBM RO)/CBM RO/COMBATENTE/2022

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Do Inquérito Policial Militar (arts. 9º a 28 do CPPM)

O IPM é o principal instrumento para a coleta de provas e de indícios aptos a subsidiar a *opinio delicti* do Ministério Público, mas poderá ser dispensado

(A) nos crimes em que for cabível a menagem.

(B) nos crimes dolosos contra a vida praticados no exercício profissional.

(C) nos crimes contra a honra, desde que o autor já esteja identificado e que esses crimes tenham sido praticados por escrito ou publicação.

(D) quando já tiver sido aplicada punição administrativa ao investigado.

(E) em caso de confissão circunstanciada do investigado.

5. CEBRASPE (CESPE) - OF (CBM RO)/CBM RO/COMBATENTE/2022

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Do Inquérito Policial Militar (arts. 9º a 28 do CPPM)

Tendo em vista que a lei processual militar autoriza a determinação de perícia pela autoridade policial militar, julgue os itens a seguir, relativos a perícias e exames.

I É facultado ao indiciado formular quesitos aos peritos em inquérito.

II O encarregado pelo IPM poderá requisitar exames da polícia civil ou de repartições técnicas civis.

III Em face de divergência entre peritos ou de omissão a quesito no laudo, o encarregado pelo inquérito, de ofício, deverá suprir a sua complementação e indicar, fundamentadamente, a posição prevalecente.

IV A realização de perícia em local sujeito à administração militar deve ser precedida de comunicação ao respectivo comandante, mas essa exigência é inaplicável à perícia em repartições civis.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) III e IV.

(D) I, II e IV.

(E) II, III e IV.

6. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM RO)/PM RO/COMBATENTE/2022

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Da Ação Penal Militar e da Denúncia (arts. 29 a 33 e 77 a 81 do CPPM)

Acerca do inquérito policial militar, da ação penal militar e da denúncia, assinale a opção **correta**.

(A) De ofício, portaria poderá iniciar o inquérito penal militar, desde que não se tome como base denúncia anônima.

(B) O inquérito deverá terminar dentro do prazo de dez dias, contados a partir do dia seguinte em que se executar a ordem de prisão, ou, quando o indiciado estiver solto, no prazo de quarenta dias, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.

(C) O magistrado poderá retificar a denúncia no momento de seu recebimento.

(D) Servidor da polícia militar ou do corpo de bombeiros militar que for investigado em inquérito policial militar e demais procedimentos extrajudiciais cujo objeto seja a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal no exercício profissional poderá constituir defensor no prazo de até 24 horas, a contar do recebimento da citação.

(E) Se o acusado estiver solto, a denúncia deverá ser oferecida dentro do prazo de quinze dias; se ele estiver preso, deverá ser oferecida denúncia dentro do prazo de cinco dias, contados da data do recebimento dos autos para aquela finalidade.

7. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Do Foro e da Competência da Justiça Militar (arts. 82 a 121 do CPPM)

O foro competente para o julgamento do militar que, em atividade, cometer infração penal militar em local não sabido será o local

(A) de seu domicílio.

(B) da distribuição ao primeiro juízo militar ao qual tenha sido comunicada a infração.

(C) da unidade em que ele estiver lotado.

(D) onde supostamente tenha sido cometido o crime, apontado fundamentadamente pela autoridade militar responsável pelo IPM.

(E) onde tiver sido efetuada e(ou) processada sua prisão ou instaurado o correspondente IPM.

8. CEBRASPE (CESPE) - OF (CBM RO)/CBM RO/COMBATENTE/2022

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Do Foro e da Competência da Justiça Militar (arts. 82 a 121 do CPPM)

O julgamento de militar graduado denunciado pelo crime de peculato (art. 303 do CPM) compete, originariamente,

(A) ao Conselho Especial de Justiça Militar.

(B) ao Conselho Permanente de Justiça Militar.

(C) à Corregedoria da Justiça Militar.

(D) ao tribunal de justiça do estado.

(E) ao Superior Tribunal Militar.

DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS

1. CEBRASPE (CESPE) - PROC (PGE RO)/PGE RO/2022
Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Acerca de universalismo e relativismo cultural em questões de globalização e direitos humanos, assinale a opção **correta**.

- (A) A globalização conduz inevitavelmente a uma concepção universalista dos direitos humanos.
- (B) A ideia do relativismo cultural surgiu com as primeiras declarações de direitos.
- (C) O universalismo na temática de direitos humanos é contestado pelos países ocidentais, que alegam diferenças culturais face ao mundo islâmico.
- (D) Segundo a Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, os direitos humanos das mulheres somente podem ser garantidos em um contexto de relativismo cultural.
- (E) Boaventura de Sousa Santos propõe uma superação do debate sobre universalismo e relativismo a partir de uma concepção multicultural dos direitos humanos.

2. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE AC)/MPE AC/2022
Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Assinale a opção correta com referência ao direito das vítimas.

- (A) O termo instituições de garantia, nas quais se enquadra o Ministério Público — referência feita por Luigi Ferrajoli —, é fruto das chamadas Constituições de segunda geração, como a Constituição Portuguesa de 1976.
- (B) O garantismo hiperbólico é uma consequência da racionalidade do garantismo monocular, que, por sua vez, acarreta uma proteção sistêmica.
- (C) O garantismo penal se confunde com o legalismo, porque ambas as teorias estão calcadas no Estado Democrático de Direito.
- (D) O garantismo penal evoluiu para uma visão integral, protegendo, além dos direitos individuais, também direitos sociais e coletivos, bem como os deveres, nos quais se insere, além do dever de investigar, processar e punir, também o direito das vítimas.

(E) A visão atual de garantismo penal, a partir da ideia de instituições de garantia, é a de que existe mais de um garantismo: o garantismo do delinquente, calcado no status libertatis; e o garantismo das vítimas, fundamentado na prevenção da pena.

3. CEBRASPE (CESPE) - PROC (PGE PA)/PGE PA/2022
Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

A cada grande surto de violência, os homens recuam, horrorizados, à vista da ignomínia que afinal se abre claramente diante de seus olhos; e o remorso pelas torturas, as mutilações em massa, os massacres coletivos e as explorações aviltantes fazem nascer nas consciências, agora purificadas, a exigência de novas regras de uma vida mais digna para todos.

Fábio Konder Comparato. A afirmação histórica dos direitos humanos.

3.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 37 (com adaptações).

Considerando a perspectiva acerca dos direitos humanos adotada no texto apresentado, assinale a opção **correta**.

- (A) Os direitos humanos surgem de uma atuação positiva do Estado, com a criação de novas regras para a dignidade humana.
- (B) Os direitos humanos decorrem de um acordo de vontades de pessoas autônomas e esclarecidas.
- (C) Os direitos humanos são antecedidos, na sua origem, pelas grandes descobertas científicas ou invenções técnicas.
- (D) Os direitos humanos possuem uma dimensão ética, e a análise das suas diferentes etapas de afirmação pauta-se na compreensão histórica desses direitos.
- (E) Os direitos humanos têm natureza religiosa, uma vez que o ser humano, confrontado com o mal e o pecado, com a dor física e espiritual, procura, por meio do direito, uma vida mais digna e repleta de paz.

4. CEBRASPE (CESPE) - DP AC/DPE AC/2012
Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Assinale a opção correta no que diz respeito à afirmação histórica dos direitos humanos.

(A) O exposto reconhecimento do princípio da universalidade dos direitos humanos pela Declaração de Viena de 1993 pôs termo ao debate sobre o multiculturalismo e o relativismo cultural.

(B) O *Bill of Rights*, de 1689, foi a primeira carta de direitos de que se tem notícia na história.

(C) A Constituição Mexicana de 1917 e a Constituição de Weimar de 1919 são marcos da afirmação dos direitos humanos de segunda geração.

(D) Após a Segunda Guerra Mundial, para que os direitos dos trabalhadores enumerados na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 fossem garantidos no plano internacional, criou-se a Organização Internacional do Trabalho.

(E) Não há referência, na Declaração de Viena de 1993, ao princípio da indivisibilidade dos direitos humanos.

5. CEBRASPE (CESPE) - DP MA/DPE MA/2011

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Acerca da afirmação histórica dos direitos humanos, assinale a opção correta.

(A) A Magna Carta, de 1215, instituiu a separação dos poderes ao declarar que o funcionamento do parlamento, um órgão que visa defender os súditos perante o rei, não pode estar sujeito ao arbítrio deste.

(B) Os sistemas das minorias e de mandatos, criados no âmbito das Nações Unidas, garantiam que os habitantes pertencentes às minorias de determinados países europeus enviassem petições ao Comitê de Minorias.

(C) A Declaração de Filadélfia é considerada a primeira carta política a atribuir aos direitos trabalhistas o estatuto de direito fundamental, juntamente com as liberdades individuais e os direitos políticos.

(D) A importância histórica do *habeas corpus*, de 1679, consiste no fato de que essa garantia judicial, instituída na Inglaterra para proteger a liberdade de locomoção, serviu de modelo para a criação de outras formas de proteção das liberdades fundamentais, como o *juicio de amparo*, na América Latina.

(E) A Constituição de Weimar foi o primeiro documento a afirmar os princípios democráticos na história política moderna.

6. CEBRASPE (CESPE) - DP PI/DPE PI/2009

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

A respeito do desenvolvimento histórico dos direitos humanos e seus marcos fundamentais, assinale a opção correta.

(A) Os direitos fundamentais surgem todos de uma vez, não se originam de processo histórico paulatino.

(B) Não há uma correlação entre o surgimento do cristianismo e o respeito à dignidade da pessoa humana.

(C) As gerações de direitos humanos mais recentes substituem as gerações de direitos fundamentais mais antigas.

(D) A proteção dos direitos fundamentais é objeto também do direito internacional.

(E) A ONU é o órgão responsável pela UDHR e pela Declaração Americana de Direitos.

7. CEBRASPE (CESPE) - AG SG SC (SEJUSP MG)/SEJUSP MG/2008

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Os direitos humanos

I são aqueles comuns a todos, sem distinção.

II dizem respeito à pessoa humana na sua universalidade.

III são históricos, naturais e universais.

IV são indivisíveis e irreversíveis.

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 1.

(B) 2.

(C) 3.

(D) 4.

8. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE AM)/MPE AM/2001

Assunto: Direitos Humanos - Conceitos, Histórico e Gerações dos Direitos Humanos

Julgue os itens abaixo, relativos às etapas de evolução histórica dos direitos humanos.

I O processo de generalização da proteção dos direitos humanos desencadeou-se no plano internacional a partir da adoção, em 1948, das Declarações Americana e Universal dos Direitos Humanos.

II A evolução conceitual dos direitos humanos teve início na primeira metade do século XX, durante o período entre-guerras.

III Em 1966, foram concluídos os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos Sociais e Culturais, instrumentos cruciais para a conceituação desses direitos nos planos internacional e, posteriormente, nacional.

IV A teoria que sustenta haver três gerações de direitos humanos fundamenta-se em uma lógica de superposição cronológica, que se baseia na evolução dos direitos humanos no século XX.

V A conceituação dos direitos humanos baseia-se em considerações e particularidades locais e regionais, que se sobrepõem às universais.

Estão certos apenas os itens

(A) **I** e **II**

(B) **I** e **III**

(C) **II** e **IV**

(D) **III** e **V**

(E) **IV** e **V**

9. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE CE)/MPE CE/2020

Assunto: Direitos Humanos - Incorporação dos tratados internacionais de DH ao direito brasileiro. Posição Hierárquica

No Brasil, após a promulgação da Emenda Constitucional n.º 45/2004, os tratados relativos aos direitos humanos aprovados na forma prevista são equivalentes às

(A) leis complementares.

(B) emendas constitucionais.

(C) leis ordinárias.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

1. CEBRASPE - DEL POL (PC RJ)/PC RJ/2022

Assunto: Direito Cultural, Desportivo e da Comunicação - Lei nº 14.597/2023 - Lei Geral do Esporte

A bilheteria oficial disponibilizou sessenta mil ingressos para a final de determinado campeonato de futebol, os quais se esgotaram em menos de 24 horas. João, cambista conhecido, conseguiu comprar dez ingressos, ao preço de R\$ 100,00 a unidade, e os vendeu no dia do jogo por R\$ 250,00 cada. Por essa conduta, ele foi preso em flagrante.

- Nessa situação hipotética, João praticou
- (A) crime definido no Estatuto do Torcedor.
 - (B) o crime de fraude ao comércio.
 - (C) fato atípico.
 - (D) o crime de estelionato.
 - (E) crime contra a economia popular.

2. CEBRASPE - DP SE/DPE SE/2022

Assunto: Direitos Humanos - Disposições Preliminares (arts. 1º ao 7º da Lei nº 10.741/2003)

A chamada “preferência da preferência” é prevista, por exemplo, nos casos que envolvam o direito fundamental

- (A) à saúde, tendo o idoso com idade igual ou maior que 80 anos preferência em todos os atendimentos, incluindo-se os de emergência.

- (B) à profissionalização e ao trabalho, tendo o idoso com idade igual ou maior que 80 anos preferência na admissão ao trabalho e emprego sem fixação de limite máximo de idade.
- (C) ao transporte público, tendo o idoso com idade igual ou maior que 80 anos preferência aos assentos reservados nas viagens urbanas, semiurbanas e interestaduais.
- (D) de acesso à justiça, tendo o idoso com idade igual ou maior que 80 anos prioridade especial na tramitação de processos em relação aos idosos que ainda não completaram 80 anos.

(E) à habitação, tendo o idoso com idade igual ou maior que 80 anos preferência na aquisição de imóvel para moradia própria oferecido em programas habitacionais.

3. CEBRASPE - NER (TJ SC)/TJ SC/REMOÇÃO/2023

Assunto: Direitos Humanos - Do Direito à Saúde (arts. 15 ao 19 da Lei nº 10.741/2003)

Francisco, de 78 anos de idade, está abrigado em uma instituição rural sem fins lucrativos conveniada ao poder público desde que seu único filho, George, faleceu em um acidente de carro. Atualmente, Francisco necessita de cuidados intensivos de saúde, em razão de uma grave doença degenerativa que o impede de se locomover.

Nessa situação hipotética, conforme prevê o Estatuto da Pessoa Idosa — Lei n.º 10.741/2003, Francisco

- (A) tem direito a atendimento domiciliar e a internação pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para que lhe seja assegurada atenção integral à saúde.
- (B) terá direito a atendimento domiciliar e a internação pelo Sistema Único de Saúde (SUS) apenas quando completar oitenta anos de idade.
- (C) tem direito à internação pelo Sistema Único de Saúde (SUS), mas não ao atendimento domiciliar.
- (D) não tem direito a atendimento domiciliar nem a internação pelo Sistema Único de Saúde (SUS), porque esse direito é assegurado somente às pessoas idosas abrigadas em instituições públicas.
- (E) não tem direito a atendimento domiciliar nem a internação pelo Sistema Único de Saúde (SUS), porque esse direito é assegurado somente às pessoas idosas abrigadas em instituições urbanas.

4. CEBRASPE - OF (CBM RO)/CBM RO/COMBATENTE/2022

Assunto: Direitos Humanos - Do Direito à Saúde (arts. 15 ao 19 da Lei nº 10.741/2003)

Em um posto de saúde, Joana, paciente de 93 anos de idade, aguardava atendimento médico para a realização de exames de rotina e, no mesmo momento, chegou ao local Francisco, de 75 anos de idade, que necessitava de atendimento médico emergencial.

Nesse caso, com base no estatuto da pessoa idosa, deverá receber atendimento primeiramente

- (A) Francisco, já que se trata de caso emergencial e não há regra de prioridade especial de atendimento preferencial entre pessoas idosas.
- (B) Joana, que esta à frente na ordem de chegada e que é pessoa mais idosa, com idade superior a sessenta anos de idade.
- (C) Francisco, por se tratar de caso emergencial, que configura exceção à regra de prioridade especial de atendimento preferencial entre pessoas idosas.
- (D) Joana, já que a regra de preferência de atendimento a pessoas idosas se aplica somente a pessoas com idade superior a oitenta anos.
- (E) Joana, pois ela tem mais de oitenta anos e tem prioridade especial de atendimento em relação às demais pessoas idosas.

5. CEBRASPE - DP RO/DPE RO/2023

Assunto: Direitos Humanos - Da Assistência Social (arts. 33 ao 36 da Lei nº 10.741/2003)

O benefício assistencial ao idoso assegurado no Estatuto da Pessoa Idosa

- (A) é garantido a toda pessoa com 65 anos de idade ou mais.
- (B) é vinculado à assistência social.
- (C) inclui o direito ao 13.º salário.
- (D) depende de contribuição prévia para a previdência social.
- (E) acarreta o direito à pensão por morte a eventual dependente do idoso, no caso de sua morte.

6. CEBRASPE - DP RO/DPE RO/2023

Assunto: Direitos Humanos - Da Habitação (arts. 37 e 38 da Lei nº 10.741/2003)

A assistência integral à pessoa idosa na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando se verificar

- I inexistência de grupo familiar.
 - II inexistência de casa-lar.
 - III abandono pela família.
 - IV carência de recursos financeiros próprios ou da família.
- Assinale a opção correta.
- (A) Apenas o item I está certo.
 - (B) Apenas o item II está certo.
 - (C) Apenas os itens I, III e IV estão certos.

- (D) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

7. CEBRASPE - PROC (AGU)/AGU/2023

Assunto: Direitos Humanos - Da Habitação (arts. 37 e 38 da Lei nº 10.741/2003)

Nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa, a instituição dedicada ao atendimento à pessoa idosa onde não haja identificação externa visível se sujeitará à pena de

- (A) afastamento provisório dos dirigentes.
- (B) suspensão temporária do repasse de verbas públicas.
- (C) suspensão do programa.
- (D) multa, exclusivamente.
- (E) interdição.

8. CEBRASPE - DP SE/DPE SE/2022

Assunto: Direitos Humanos - Da Habitação (arts. 37 e 38 da Lei nº 10.741/2003)

Conforme previsão estatutária, os programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, visando a conferir moradia digna, devem garantir à pessoa idosa

- (A) subsídio habitacional correspondente a trinta por cento para ser utilizado como entrada na aquisição da casa própria conforme a renda e a localização do imóvel.
- (B) reserva de pelo menos três por cento das unidades habitacionais residenciais.
- (C) financiamento compatível com os rendimentos de aposentadoria e pensão, sem limite de idade máxima.
- (D) isenção da taxa de juros de financiamento quando da compra de um único imóvel para o idoso com renda familiar de até dois salários mínimos.
- (E) quitação das prestações do imóvel, independentemente do tipo de financiado, em favor do cônjuge sobrevivente idoso em caso de falecimento do comprador idoso, tendo sido este o único a comprovar renda no ato da compra.